



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA I FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 33/2017
Período: 16/09/2017 – 22/09/2017

GEDES – UNESP

- 1- Ministério da Defesa e prefeitura da cidade de São Paulo planejam transformar parte do aeroporto Campo de Marte em parque
- 2- Ministério da Defesa e editorial avaliaram a operação no estado do Rio de Janeiro
- 3- Editorial destacou atuação do Brasil na Minustah
- 4- General declarou que o Exército pode impor uma solução à crise política do país
- 5- Efetivo militar é reduzido nas fronteiras durante governo Temer
- 6- Forças Armadas usarão antivírus de empresa russa

1- Ministério da Defesa e prefeitura da cidade de São Paulo planejam transformar parte do aeroporto Campo de Marte em parque

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa e a prefeitura da cidade de São Paulo planejam transformar parte do aeroporto Campo de Marte em um parque. O terreno possui 2,1 milhões de metros quadrados, com 1,13 milhões de metros quadrados sob a administração da Aeronáutica. Conforme o periódico, não há um projeto nem uma previsão de quando o parque funcionará. (Folha de S. Paulo – Estúdio Folha – 16/09/17)

2- Apesar de divergências operacionais, Forças Armadas voltam a atuar no Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa cogitou retirar as Forças Armadas do estado do Rio de Janeiro e suspender as operações militares devido à divergência com a Secretaria de Segurança do estado. Os desentendimentos foram provocados por várias declarações referentes à atuação das tropas, sendo as principais as do chefe da Polícia Civil, Carlos Leba, e do secretário de segurança do estado, Roberto Sá. Conforme Leba, as operações integradas estariam sendo atrapalhadas pelo modo de atuação diferenciado das Forças Armadas. Segundo Sá, uma ajuda financeira seria melhor do que o envio dos militares ao estado. O periódico *Folha de S. Paulo*, por meio de editorial, declarou que, apesar do estado do Rio já ter passado por muitas crises de segurança pública, a resposta mais comum para essas crises continua a ser o emprego das Forças Armadas. Segundo o jornal, diversos especialistas concluíram que as ações pontuais dos militares somente reduzem os crimes em curto prazo, e que quando os militares saem, a insegurança e a violência retornam. De acordo com a *Folha*, as organizações criminosas são pouco afetadas pelas ações das Forças Armadas, restabelecendo suas atividades quando os militares deixam as comunidades. O periódico declarou que não é possível afirmar que a repetição da estratégia de envio

das Forças Armadas é eficiente ou que esta será a solução para a crise de segurança. Conforme noticiado pelo *O Estado*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, declarou que a autorização para o envio das tropas federais é responsabilidade exclusiva do presidente da República, e que o uso de tropas do Exército não foi calculado nas operações realizadas na capital desde o mês de agosto. O ministro questionou a “falta de planejamento” do governo do estado nas novas operações das Forças. Apesar das divergências operacionais e das opiniões contrárias, Jungmann e o governador do estado do Rio, Luiz Fernando Pezão, anunciaram no dia 21/09/17 o retorno das atividades das Forças, de acordo com a *Folha*. Em seu pronunciamento, o ministro da Defesa afirmou que deve analisar o pedido da Secretaria de Segurança Pública da cidade do Rio para o patrulhamento de 103 locais da cidade pelas tropas. Jungmann afirmou que deve negociar com a Procuradoria Geral da República, a Polícia Federal e o Judiciário a formação de uma força-tarefa para combater o crime organizado. Segundo a *Folha* e *O Estado*, o anúncio em conjunto ocorreu um dia após Pezão ter defendido a permanência das Forças Armadas na capital em operações pontuais e declarado que o “governo está à disposição para os devidos ajustes de planejamento e execução destas operações”. O pedido foi motivado pelos conflitos entre facções rivais nos dias 16/09/17 e 17/09/17 nas regiões da Rocinha e do Juramento (Folha de S. Paulo – Opinião – 20/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/09/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/09/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 21/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/09/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 21/09/17)

3- Editorial destacou atuação do Brasil na Minustah

Um editorial do periódico *Correio Braziliense* homenageou a atuação das Forças Armadas brasileiras na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah). O jornal lembrou que em 2012 houve um convite do Ministério da Defesa para que membros do *Correio* fossem visitar a missão de paz. A atuação dos militares brasileiros nas áreas de maior vulnerabilidade foi descrita pelo *Correio* como o espaço de maior interação dos soldados com a vida cotidiana dos haitianos, pois eram nessas ocasiões que surgiram brincadeiras, distribuição de comida e água potável. O periódico agradeceu aos “nobres militares brasileiros que doaram seu tempo e esforço para ajudar o povo do Haiti a se reerguer”. (*Correio Braziliense – Revista do Correio – 17/09/2017*)

4- General declarou que o Exército pode impor uma solução à crise política do país

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, durante palestra em uma loja Maçônica na capital federal, Brasília, o general do Exército Antonio Hamilton Martins Mourão declarou que “ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso”, destacando que a “imposição não será fácil”. Mourão afirmou que o “Exército teria planejamentos muito bem feitos sobre o assunto”. Segundo *O Estado*, quando questionado, Mourão informou que não defendeu a intervenção militar e estava apenas respondendo a uma pergunta. Conforme o *Correio* e a *Folha*, o discurso foi repreendido pelo Exército e o comandante da corporação, general Eduardo Villas Bôas, o qual alegou que não há possibilidades de uma intervenção militar e que o Exército não é responsável pelas turbulências do país desde 1985. “Defendemos a manutenção da democracia, a preservação da Constituição, além da

proteção das instituições”, afirmou Villas Bôas. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão do Ministério Público Federal, divulgou uma nota pública ressaltando a subordinação das Forças Armadas ao poder civil e às decisões do presidente da República, afirmando que não há no sistema jurídico brasileiro um aparato de intervenção militar. Em consonância com o ministro da Defesa, Raul Jungmann, Villas Bôas afirmou que o problema foi resolvido internamente, não havendo a necessidade de punição formal ao general Mourão para que o mesmo não se torne um “herói interno” a outros simpatizantes de sua visão no alto-escalão. Apesar disso, de acordo com *O Estado*, o general da reserva Augusto Heleno, primeiro comandante do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah), defendeu por meio de uma rede social as declarações do general Mourão. Segundo o jornal, Heleno afirmou que Mourão possui seu irrestrito apoio na questão. Conforme o periódico, a Comissão de Direitos Humanos do Senado convidou Jungmann no dia 20/09/17 a dar explicações sobre as falas do general. Em coluna opinativa para o *Correio*, o jornalista Paulo de Tarso Lyra afirmou que as declarações de Mourão representam um novo fortalecimento do discurso extremista conservador e antidemocrático no Brasil. Ademais, Vladimir Safatle, em texto de opinião para a *Folha*, argumentou que a exaltação do autoritarismo de direita para contornar a crise moral no país representa um equívoco de pensamento, fazendo referência à violência perpetrada durante o regime militar. (Correio Braziliense – Política – 18/09/17; Correio Braziliense – Política – 19/09/17; Correio Braziliense – Opinião – 22/09/17; Folha de S. Paulo – Poder – 18/09/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 18/09/17; Folha de S. Paulo – Poder – 19/09/17; Folha de S. Paulo – Ilustrada – 22/09/17; Folha de S. Paulo – Poder – 22/09/17; O Estado de S. Paulo – Política – 18/09/17; O Estado de S. Paulo – Política – 19/09/17; O Estado de S. Paulo – Política – 20/09/17; O Estado de S. Paulo – Política – 21/09/17; O Estado de S. Paulo – Política – 22/09/17)

5- Efetivo militar é reduzido nas fronteiras durante governo Temer

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, houve uma redução do número de efetivos das Forças Armadas atuando nas regiões de fronteira durante o governo do presidente Michel Temer. O periódico afirmou que a diminuição do número de militares contrasta com as declarações de Temer, em 2013, quando ocupava o cargo de vice-presidente da República. Durante discurso realizado na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, o mandatário afirmou que a Operação Ágata, desenvolvida nas fronteiras brasileiras com a finalidade de combater o crime transnacional, constituía uma prioridade. O jornal, com base em dados obtidos pela Agência Lupa através da Lei de Acesso à Informação, indicou que enquanto em 2016 a Operação contou com um efetivo de 24.228 militares, em 2017 o número de homens caiu para 11.593, o que representa uma redução de 52,1%. Ademais, a *Folha* indicou que entre 2013 e 2014 havia dois militares para cada quilômetro de fronteira, proporção que se reduziu para 1,4, entre 2015 e 2016, e para um, em 2017 (Folha de S. Paulo – Poder – 21/09/17).

6- Forças Armadas usarão antivírus de empresa russa

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas brasileiras utilizarão um antivírus desenvolvido pela empresa russa *Kaspersky Lab*, acusada pelo governo dos Estados Unidos, por meio de nota oficial, de ter possíveis ligações com o setor de espionagem do governo russo. Os serviços contratados têm duração de três anos e somam 8,4 milhões de reais, sendo 4,5 milhões de reais referentes

ao serviço prestado ao Exército. O contrato com a Força Aérea tem valor de 2,3 milhões e da Marinha 1,6 milhão . Ao jornal, o fundador da empresa, Eugene Kaspersky, declarou que a ação estadunidense de banir o uso de *softwares* da empresa nos computadores do governo tem motivação política e argumentou que “não trabalhamos com a parte de ataques. Nosso serviço é todo ligado à proteção”. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/09/17)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); João Vitor Tossini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).